TERMINOLOGIAS EM (TRANS)FORMAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA: UMA REFLEXÃO À LUZ DO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

TERMINOLOGY IN (TRANS)FORMATION IN APPLIED LINGUISTICS: A REFLECTION THROUGH THE LENSES OF THE COMPLEXITY PARADIGM

Cláudia Almeida Rodrigues Murta[166]
Valeska Virgínia Soares Souza[167]
Valéria Lopes de Aguiar Bacalá[168]

RESUMO: Neste ensaio, inserido na seara da Linguística Aplicada (LA), buscamos subsídios na Terminologia e no Paradigma da Complexidade para analisar diversos termos utilizados para se referir às línguas que não sejam a materna. Primeiramente, apresentamos um breve histórico das áreas da Terminologia e da LA no Brasil, apontando para a dinamicidade da marcação terminológica que envolve as denominações no que se refere à aprendizagem de línguas. Discorremos sobre conceitos da Teoria dos Sistemas Complexos que nos ajudam a esclarecer termos da LA e explicitamos como a língua pode ser considerada um sistema adaptativo complexo e a inserção da Terminologia nesse sistema. Posteriormente, analisamos alguns termos demonstrando como o Paradigma da Complexidade pode contribuir para o entendimento da fluidez do sistema de aprendizagem de línguas e como as terminologias devem traduzir tal complexidade.

Palavras-chave: Terminologia. Linguística Aplicada. Complexidade.

ABSTRACT: In this essay, inserted in the area of Applied Linguistics (AL), we have sought subsidy in Terminology and the Complexity Paradigm to analyze several terms used to refer to languages other than the mother tongue. First, we present a brief history of the areas of Terminology and AL in Brazil, pointing to the dynamics of terminological marking involving denominations related to language learning. We discuss concepts

166 Professora do Centro de Educação Profissional (CEFORES) da Universidade Federal do TriânguloMineiro (UFTM). Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Fedral de Uberlândia. E-mail: claudiarodriguesmurta@gmail.com.

167 Professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: valeskasouza@iftm.edu.br.

168 Doutoranda na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: valeriabacala@gmail.com.

of the Theory of Complex Systems that help to clarify the terms of AL and make explicit how language can be considered a complex adaptive system and the insertion of Terminology in this system. Subsequently, we analyze some terms demonstrating how the Paradigm of Complexity can contribute to understanding the fluidity of the language learning system and how terminologies should translate such complexity.

Keywords: Terminology. Applied Linguistics. Complexity.

INTRODUÇÃO

O momento histórico que vivemos demanda cada vez mais o entendimento de problemas de ordem sociocultural e linguística. Como processo e produto das relações humanas, nesse contexto, a linguagem se constitui como objeto de investigação das ciências sociais em geral e em especial na Linguística Aplicada (LA), que se preocupa com o uso da linguagem em diferentes contextos.

ALA, que por algum tempo esteve ligada à sua ciência mãe, a Linguística, e sendo definida como a aplicação dos estudos linguísticos ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, apresenta-se, na atualidade, como uma promissora área de investigação em função de seu caráter interdisciplinar, transdisciplinar e, segundo palavras de Moita Lopes (2006), (in)disciplinar. Isso significa que a LA não trabalha com limites rígidos, ela se constitui híbrida e heterogênea, com foco em outras áreas do conhecimento socialmente construído e utiliza diferenciados modos de analisá-los e que, inclusive, transgridem radicalmente os limites disciplinares.

A relação entre teoria e prática na LA se apresenta no sentido de propor soluções para questões que estão além do que é somente linguístico, porque disciplinas como a psicologia, etnografia, antropologia, sociologia, pesquisa educacional, comunicação e mídias adentram suas fronteiras. À LA interessa pesquisar sobre as questões de bilinguismo e multilinguismo, da análise do discurso, da tradução, da política e planificação da linguagem, da metodologia de pesquisa, da avaliação, de estilística, de literatura, de retórica, de letramento, de problemas de ordem forense e de saúde e outras áreas em que decisões relacionadas com a linguagem precisam ser tomadas (HOUSE, s.d.).

Apesar de as obras que discorrem sobre as diferentes áreas que a LA abrange (DAVIES; ELDER, 2004; HALL; SMITH; WICKASONO, 2011) se refiram à lexicografia e não à terminologia no que tange à construção de dicionários técnicos e profissionais, acreditamos que a terminologia apresenta linha epistemológica mais apropriada para o tratamento de termos em contextos de especialidade. Segundo Cabré (2003), a teoria terminológica vem ganhando espaço com novas propostas alternativas à teoria tradicional de Wüster (1937 apud CANO, 2001) após anos de inatividade.

Todo campo disciplinar demanda a delimitação de um objeto, com suas metodologias e terminologias pertinentes ao campo de estudos a que se dedica, no sentido de se fazer reconhecido diante de outras ciências. Além disso, faz-se necessária a documentação dos achados relevantes à humanidade, incluindo o seu histórico e isso não tem sido diferente, em relação à LA. Contudo, ao pensarmos no mundo em (trans)

formação[169] em que vivemos, cujas fronteiras são tênues, que desconstrói conceitos, com tecnologias digitais sendo aperfeiçoadas, cada dia mais, é importante refletir sobre os marcos científicos que consolidam uma ciência, e que são influenciados pelas condições sócio-históricas às quais estão vinculados.

Nessa condição de dinamicidade, o Paradigma da Complexidade, propõe lentes que podem ser utilizadas para investigação da plurireferencialidade terminológica atual. O Paradigma da Complexidade preocupa-se com o comportamento dos sistemas adaptativos complexos, ou seja, aqueles sistemas que são dinâmicos e que mudam com o tempo, e propõe uma visão considera de forma indissociável as partes e o todo desses sistemas. Um dos pesquisadores dos sistemas adaptativos complexos, Holland (1995) discorre sobre um dos mecanismos desses sistemas que nos interessa: a marcação. As marcas embasam a organização hierárquica e delimitam as fronteiras nos sistemas complexos. A marcação facilita a interação, pois torna os agentes distinguíveis. Na LA, as marcas de identidade, ou seja, as denominações, se apresentam na contemporaneidade como dinâmicas, críticas, com a possibilidade de romper fronteiras epistemológicas e construir fundações teóricas e empíricas que investigam e propõem possíveis soluções para os problemas relacionados à linguagem do mundo real (DAVIES, s.d.).

Nesse cenário de fluxo intenso de informações, de comunicação entre pessoas e de variada diversidade de línguas, indagamos sobre que termo usar para denominar uma língua em aprendizagem que não a língua materna (LM) ou língua primeira (L1): língua estrangeira (LE), segunda língua (SL), língua não materna, língua adicional, língua de herança, língua de contato, língua-alvo, língua de acolhimento?

Esse ensaio tem como objetivo analisar e refletir sobre a terminologia que apresentamos acima e que está sendo utilizada pela LA no que se refere ao ensino e aprendizagem de línguas, à luz do Paradigma da Complexidade. Buscamos subsídios no Paradigma da Complexidade para entender o imbricamento de relações entre as situações de aprendizagem e funções que as línguas desempenham no contexto atual. Esse imbricamento influencia a conceptualização e, consequentemente, sua denominação como marcação de tais situações e por isso problematizamos o uso dos termos relativos ao ensino e aprendizagem de línguas para que professores e pesquisadores possam pensar na relatividade de tais denominações.

O que nos levou a desenvolver esse trabalho foi justamente pensar sobre um desses marcos científicos, a terminologia que a LA adotou, e a qual utiliza em seu campo de estudos, com a intenção de problematizá-la no âmbito de ensino e aprendizagem de línguas.

Trabalhos de natureza terminológica são escassos no Brasil, especialmente em LA. O único trabalho amplamente divulgado e publicado até o momento em nosso país é o Glossário de Linguística Aplicada organizado pelos professores José Carlos Paes de Almeida Filho e John Robert Schmitz (ALMEIDA FILHO; SCHMITZ, 1998), com a colaboração de alunos de graduação e pós-graduação, bem como de professores de línguas e alguns profissionais do domínio da formação continuada na disciplina, Abordagens de Ensino de Línguas, do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UnB, ofertada no segundo semestre de 2008. A obra abarca um repertório de aproximadamente

169 Optamos pela não-lexicalização de 'transformação' e sim por sua segmentação morfológica no intuito de marcar nossa concepção epistemológica de que o mundo se modifica contínua e dinamicamente.

3.500 palavras, expressões e siglas em Português e seus respectivos equivalentes em Inglês. A oferta de disciplinas posteriores no referido programa gerou listas de termos que compuseram novos verbetes para o Projeto Glossário Eletrônico de Linguística Aplicada[170] (GLOSSALA).

Em língua inglesa, há um número maior de dicionários terminológicos disponíveis como: *Encyclopedic Dictionary of Applied Linguistics: A Handbook for Language Teaching* (JOHNSON; JOHNSON, 1998); *Longman Dictionary of Language Teaching and Applied Linguistics* (RICHARDS; SCHMIDT, 1985); *A glossary of applied linguistics* (DAVIES, 2005); *Blackwell Reference Online*; [171]para citar alguns.

Iniciamos o desenvolvimento de nosso raciocínio fazendo um breve histórico da Terminologia e da Linguística Aplicada no Brasil com a recente evolução e com a falta de sistematização terminológica e em seguida discorremos sobre os conceitos do Paradigma da Complexidade que mobilizamos para entender a necessidade de terminologias mais abrangentes e flexíveis para abarcar a gama de situações de aprendizagem de línguas na atualidade. Finalizamos nossas elucubrações refletindo sobre as contribuições do Paradigma da Complexidade para o entendimento da fluidez do sistema de aprendizagem de línguas e como as terminologias devem traduzir tal complexidade.

A TERMINOLOGIA E A LINGUÍSTICA APLICADA NO BRASIL

Antes de iniciarmos a discussão sobre os caminhos da Linguística Aplicada no Brasil e sua relação com a pesquisa em Terminologia, vale a pena traçarmos genericamente um percurso histórico tanto dos estudos terminológicos quanto do início dos estudos em LA.

A prática terminológica é antiga. A necessidade de sistematizar descobertas científicas e tecnológicas e reunir em vocabulários ou glossários a linguagem especializada utilizada nessas áreas do conhecimento remonta à Idade Média. Mas somente com o desenvolvimento dos estudos da linguagem e a constituição da Linguística como ciência autônoma no século XX, que a sistematização dos termos ganhou uma área dentro dos estudos linguísticos. Desde então, inúmeros esforços têm sido empreendidos com o intuito de criar fundamentos teórico-metodológicos que sirvam de base para a criação, coleta, descrição, processamento e apresentação de termos de uma dada área de especialidade de uma ou mais línguas. Ao estudo científico destas unidades lexicais especializadas dá-se o nome de Terminologia (CABRÉ, 1993).

As bases científicas dos estudos terminológicos foram apresentadas em 1931, por Eugene Wüster, na Universidade de Viena, com sua tese intitulada de *Internationale Sprashnormung in der Tecknik, besonders in der Elektrtechni* (Normalização internacional da terminologia técnica). Esse estudioso foi responsável por criar a Teoria Geral da Terminologia (TGT). A TGT, apesar de sofrer críticas devido à sua natureza prescritiva e normalizadora, contribuiu para a consolidação e o desenvolvimento da disciplina. A proposta da Teoria Geral da Terminologia concentra-se no conceito e nas

170 Disponível em: http://glossario.sala.org.br.

171 Disponível em: <http://www.blackwellreference.com/public/>.

relações conceituais, visando chegar às denominações dos conceitos estabelecidos, livres da polissemia e ambiguidades da língua geral. Essa prescrição fez algum sentido em contextos rigidamente estruturados como as ciências exatas e no paradigma positivista. Entretanto, em situações de comunicação natural, de base social, especialmente aquelas encontradas nas ciências humanas, a TGT não consegue dar conta dos processos envolvidos. Com a consolidação das ciências humanas, os fatores socioculturais passam a ser preponderantes na análise científica e a metodologia positiva torna-se ineficaz nesse tipo de análise (CANO, 2001).

Critica-se a TGT devido ao postulado de que o conhecimento científico, em contraste com o conhecimento geral, preexiste a qualquer expressão e é independente da bagagem cultural e linguística dos usuários; por acreditar que os termos ficariam restritos à comunicação profissional, e, consequentemente, não levar em conta os aspectos semânticos e comunicativos dos mesmos, ou seja, negar a variação semântica e a evolução dos conceitos; por não considerar as unidades terminológicas pertencentes à linguagem natural (CANO, 2001); e por não admitir a sinonímia como um fenômeno inerente ao processo de estruturação do discurso especializado.

Os termos, ao contrário de como estabelecia Wüster (1937 apud CABRÉ, 1993), não são entidades supra-linguísticas, ou seja, não ficam restritos ao universo especializado. Eles fazem parte da língua geral, adquirem o caráter de termo quando são usados em um discurso especializado, numa determinada situação comunicativa.

Para estabelecer um novo paradigma para os estudos terminológicos, Cabré (1999) menciona que é preciso esclarecer alguns pontos, tais como: a delimitação do objeto, as perspectivas de análise do objeto, as funções que exercem a terminologia no discurso especializado, e o âmbito ou campo disciplinar em que se situa. E afirma

> intenta compatibilizar a possibilidade de centrar o estudo da Terminologia em unidades homogêneas e abordáveis, de base linguística com a viabilidade de ir mais além de seus aspectos linguísticos para dar conta da complexidade das unidades terminológicas, complexidade que, por outro lado, poderiam reclamar todas as unidades da língua natural (CABRÉ 1999, p. 83).

Com a afirmação exposta acima, Cabré assegura o caráter de poliedricidade do termo e também do signo linguístico como um todo. Nas palavras de Rondeau (apud CABRÉ, 1999, p. 88)

> podemos dizer que textualmente a comunicação geral e a especializada compartilham o mesmo território e utilizam as mesmas regras e processos linguísticos e textuais, e que o único que as faz variar é a seleção de unidades e a frequência com que cada recurso é atualizado no discurso.[172]

O modelo de estudo dos termos proposto por Cabré (1999), conhecido como escola Catalã de Terminologia, ou Teoria Comunicativa da Terminologia, se sustenta a partir de uma teoria lexical forte que contempla o componente léxico em um modelo de gramática que inclui, além de dados gramaticais, informações pragmáticas e enciclopédicas sobre as unidades da gramática. Além disso, possui um mecanismo que dá conta da seleção de traços que realiza o falante numa situação determinada.

172 Essa e demais traduções são de nossa responsabilidade.

Uma revisão dos pressupostos norteadores da Terminologia, valorizando os aspectos comunicativos das linguagens especializadas em detrimento de um sistema denominativo das ciências e tecnologias, impõe-se como uma necessidade, dado o avanço tecnológico do mundo atual e o alargamento do conceito de ciência. Em decorrência do surgimento das ciências humanas, que se estabeleceram com objeto, metodologias e terminologias próprias, nasceram termos com uma flexibilidade e transitividade muito relativas sendo preciso que os estudos terminológicos avançassem para atender às necessidades epistemológicas de tais ciências. O desenvolvimento dos estudos terminológicos acompanhou a evolução dos estudos linguísticos e das ciências humanas em geral e elaborou teorias e metodologias mais alinhadas às transformações socioculturais passando a levar em consideração a disseminação do conhecimento via tecnologias da informação e comunicação e a complexidade da linguagem, que não estabelece fronteiras nítidas entre o discurso geral e o especializado, como imaginavam os primeiros estudiosos da Terminologia Clássica.

Após discorrer sobre os caminhos da Terminologia, é importante também traçarmos um percurso histórico da Linguística Aplicada antes de discutirmos a relação entre Terminologia e a Linguística Aplicada foco de nosso ensaio.

A Linguística Aplicada conta com uma tradição histórica que remonta à década de 40, quando as primeiras tentativas de aplicar teorias ao ensino de língua inglesa foram desenvolvidas por Charles Fries e Robert Lado nos Estados Unidos, onde criaram o *English Language Institute* na Universidade de Michigan (MENEZES; SILVA; GOMES, 2009). Naquele momento de guerra, havia a necessidade de ensino de línguas para os soldados para que esses pudessem se comunicar com aliados ou inimigos. Portanto, o ensino de línguas aliado às teorias linguísticas foi uma questão estratégica. Naquele momento, o cientificismo positivista imperava nas pesquisas e as bases da LA se constituíram nesse modelo de ciência, ou seja, como aplicação de teorias linguísticas (estruturalistas a princípio) ao ensino.

Em 1956, foi criada a Escola de Linguística Aplicada na Universidade de Edimburgo para consolidar os estudos em LA na Europa. E mais tarde em 1964, o grande marco sistemático da Linguística Aplicada foi a fundação da *Association Internationel de Linguistique Apliquée* (AILA) na cidade de Nancy na França. Em 1966, a *British Association of Applied Linguistic*, e em 1977 a *American Association of Applied Linguistic*. A expansão da LA foi registrada pelos extensivos trabalhos publicados ao longo dos dez primeiros anos do *Journal of Applied Linguistics* e do *Annual Review of Applied Linguistics* (ARAL), fundado posteriormente, em 1980. Segundo Grabe (2002), o foco central da LA nesse período estava relacionado a acessar questões e problemas de linguagem à medida que eles ocorriam no mundo real.

A AILA tem nos dias atuais milhares de associados no mundo todo e a cada três anos realiza um congresso internacional em localidades diferentes, sendo o maior evento em LA que reúne pesquisadores dos mais diferentes países com o intuito de discutir questões relativas ao uso da linguagem e a prática social. Desde então, vem crescendo a adesão de membros a essas associações e os linguistas aplicados em todo o mundo.

No Brasil, segundo Menezes; Silva e Gomes (2009), os marcos históricos de ascensão da LA foram a criação de programas de pós-graduação e áreas de concentração em universidades brasileiras nas décadas de 70 e 80, situadas no estado de São

Paulo. É fundado, na PUC-SP, o primeiro programa de Pós-Graduação stricto-sensu em Linguística Aplicada. Em 1971, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL) é reconhecido como centro de excelência pelo CNPq, e em 1973, o mesmo é credenciado pelo Conselho Federal de Educação.

Outro marco lembrado pelos autores supracitados foi a criação da ALAB (Associação de Linguística Aplicada do Brasil) em 1990. De acordo com Rojo (1999), na década de 90, a diversificação de enfoques, temas, objetos decorrente de teorias, descrições e metodologias, contribuiu para se colocar a discussão da identidade da área de LA como um todo e para se aprofundar as discussões sobre o seu caráter inter e/ou transdisciplinar. O foco das pesquisas do linguista aplicado passou a ser a presença de problemas com relevância social suficiente para exigir respostas teóricas que trouxessem benefícios sociais a seus participantes. Como ressalta Pennycook (1998), tornou-se importante compreender o sujeito como múltiplo, contraditório e construído dentro dos diferentes discursos. Os linguistas aplicados passaram a ter a necessidade de olhar as relações de poder na formação do sujeito na linguagem e por meio dela. Qualquer produção de conhecimento gerada em LA deve, portanto, responsabilizar-se por um projeto político que busque transformar uma sociedade desigualmente estruturada. Moita Lopes (1996) sintetiza explicando que a LA passou a ser uma área de investigação aplicada, mediadora, centrada na resolução de problemas de uso da linguagem, que tinha um foco na linguagem de natureza processual, e que colaborava com o avanço do conhecimento teórico, pois as pesquisas em LA além de operarem com conhecimento advindo de várias disciplinas, também formulavam seus próprios modelos teóricos, colaborando não somente no seu campo de ação, como também em outras áreas de pesquisa.

A pesquisadora Vera Menezes em entrevista pela organização de um livro – *Conversas com linguistas aplicados* - projeto esse que foi interrompido, define e sintetiza muito bem a abrangência da Linguística Aplicada

> A LA trabalha além dos limites da frase, com unidades textuais ou discursivas, não isola o sujeito da língua(gem) e olha com desconfiança para a objetividade e o distanciamento do pesquisador de seu objeto de estudo. Há um grande número de pesquisadores na LA que considera a objetividade como um construto problemático quando se lida com a complexidade da lingu(agem) na vida real e, por isso, valoriza a subjetividade, o contexto, a voz dos usuários.[173]

Como podemos perceber, a história da LA no Brasil é recente e embora as pesquisas estejam crescendo dentro das universidades e a LA tenha se firmado como uma área de estudos científicos reconhecida, ainda há poucas pesquisas no que se refere à sua terminologia, porque a LA é um campo em constante expansão, sem delimitações limítrofes e conceitos estanques, que se aproxima de outras áreas para compreender as práticas de linguagem presentes na sociedade, entendendo seus regimes de verdade, interpretando a relação homem/língua, nas palavras de Moita Lopes (2006, p. 22), politizando "o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social", dialogando com outras teorias buscando compreender "a multiplicidade de paradigmas que constituem o universo contemporâneo". Embora a inserção da LA nas academias brasileiras ainda pareça tímida e muitos estudiosos ainda não se intitulem linguistas aplicados, os

173 Disponível em: <www.veramenezes.com>.

trabalhos relacionados ao entendimento e solução dos problemas de linguagem proliferam nos programas de pós-graduação e a necessidade do olhar crítico de linguistas aplicados nos mais diversos setores da sociedade se mostra cada dia mais evidente.

Dada a autonomia da LA como ciência e sua relevância nos estudos da linguagem, é importante que se sistematize as denominações e conceitos manifestados na área, não para prescrever usos, mas para facilitar o entendimento entre especialistas e a comunidade geral, para que a diversidade terminológica em LA não se torne também um problema de linguagem. Por isso, acreditamos que estudos terminológicos podem contribuir para o fortalecimento da área e ajudar iniciantes e interessados nas questões relativas à LA especialmente no que se refere às terminologias em uso para denominar a aprendizagem de línguas.

PARADIGMA DA COMPLEXIDADE E QUESTÕES DE LÍNGUA

Na seara dos Estudos Linguísticos, Larsen-Freeman e Cameron (2008) apontam como a Linguística vem reduzindo a complexidade da linguagem: descontextualizando -a, segregando-a e destemporalizando-a. A Linguística, assim, geralmente segue uma tradição reducionista, analisando apenas as partes, os mecanismos, isoladamente, e não observando as dinâmicas e a não-linearidade dos sistemas linguísticos. Nessa mesma vertente, segue a Linguística Aplicada, por vezes lançando um olhar similar aos seus objetos de estudo, como, por exemplo, a aquisição de línguas. Contrárias a essa vertente, as pesquisas conduzidas por linguistas aplicados, através da lente da complexidade, propõem investigações mais holísticas.

Discorremos, inicialmente, sobre a Teoria do Pensamento Complexo - que informa o Paradigma da Complexidade em aspectos que interessam à reflexão proposta. Posteriormente, explicamos como podemos compreender a língua como sistema adaptativo complexo e o papel da Terminologia para essa compreensão.

TEORIA DO PENSAMENTO COMPLEXO

De acordo com Larsen-Freeman e Cameron (2008), muitas disciplinas são progenitoras da teoria da complexidade, dentre elas estão a Biologia com a teoria geral dos sistemas de von Bertalanffy (1975); a Matemática com as dinâmicas não-lineares de Poincaré; a Química com os sistemas dissipativos de Prigogine (2002); a Meteorologia de Lorenz (1963) com o efeito borboleta, entre outras. Todas elas contribuíram para o desenvolvimento do que se conhece por Paradigma da Complexidade ou Teoria do Pensamento Complexo, um campo científico novo, abrangente, sem definição exata, mas que vem ganhando visibilidade e adeptos pelo fato de ser uma possibilidade teórica e metodológica de entender o "mundo fenomenal", palavras de Morin (2006, p.20).

Mesmo sendo, inicialmente, uma ciência da Física e da Matemática, a área da Educação, inclusive a de Linguística Aplicada, passou a utilizar, nas últimas décadas, essa nova alternativa para a condução de suas pesquisas: uma abordagem não-reducionista e não-linear, embasada no pensamento complexo (DAVIS; SUMARA, 2006).

O princípio do reducionismo, definido por Bertalanffy (1975) se refere à necessidade de que o conhecimento seja formulado em termos de cálculos e estatísticas para

posterior validação canônica. A abordagem não-reducionista escapa de buscar situações de causa e efeito e aceita o diálogo com outras disciplinas em situações inter e pluridisciplinares.

A proposta do filósofo francês Morin, com ênfase na aprendizagem, retoma a ideia de que os saberes não devem ser compartimentados, fechados dentro de áreas de conhecimento, mas sim, articulados entre si para que o ser humano possa ser compreendido em sua complexidade. "Todo conhecimento da realidade não animado e controlado pelo paradigma da complexidade destina-se a ser mutilado" (MORIN, 1995). A aparente simplicidade da natureza é na verdade o resultado de interações complexas entre inúmeros sistemas, entre os quais nós humanos estamos inseridos. Ao observarmos o mundo fenomênico, somos um sistema aninhado a outros sistemas, ou seja, sistemas que estão incorporados e apresentam interconexões.

Nessa mesma linha, a não-linearidade "resulta das dinâmicas das interações entre elementos e agentes" (LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008, p. 30). Em um sistema complexo, que muda com o tempo, essas dinâmicas não são fixas e nem proporcionais aos insumos que recebe. No intuito de exemplificar o conceito, citamos Meara (2006) que demonstra que a aquisição de vocabulário de uma língua adicional é não-linear. Inicialmente, a aprendizagem começa vagarosamente; quando uma quantidade maior de palavras é aprendida, a aprendizagem se intensifica, mas volta a ficar lenta quando o estudante acredita que já conhece vocabulário suficiente.

Os sistemas complexos caracterizam-se, portanto, pela sua capacidade de autorregulação, estabelecendo seus próprios parâmetros, e de autorreprodução, multiplicando-se dentro desses parâmetros estabelecidos. Assim como cada sistema é o produto de uma reação inicial, da qual proliferará e expandirá cada organismo, que ao se desenvolver será o produtor de uma nova reação que gerará outros organismos, de modo que o produto se transformará em produtor e, assim, sucessivamente. Cada elemento do sistema tem dentro de si as informações de todo o sistema a que pertence, ou seja, a parte está dentro do todo, o todo, por sua vez, também está dentro da parte.

Leffa (2006) afirma que um bom exemplo desse sistema complexo é a relação entre o indivíduo e a sociedade. Se, por um lado, cada indivíduo está dentro da sociedade, essa, por sua vez, encontra-se dentro de cada indivíduo. Nós, como indivíduos, participamos da sociedade por meio da língua que falamos; dos valores que pregamos; da cultura que possuímos. Tudo isso não nasceu de nós como geração espontânea; foi colocada lá dentro pela sociedade. Em outras palavras, nós contemos a sociedade que nos contém.

Em suma, o que caracteriza os sistemas complexos é que seu comportamento emerge da interação entre seus componentes. O comportamento emergente é não-linear considerado desproporcional aos seus fatores causais. Os agentes ou elementos de um sistema complexo mudam e se adaptam em resposta a um *feedback*. Eles interagem de maneira estruturada com a interação às vezes levando a uma organização própria e o surgimento de um novo comportamento (LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008).

Em *Hidden order,* Holland (1995) apresenta sete características básicas dos sistemas adaptativos complexos, relacionadas com as propriedades informadas acima, sendo quatro propriedades e três mecanismos. Apresentamos essas características em forma de quadro (QUAD. 1) para melhor visualização.

Quadro 1 – Características dos sistemas adaptativos complexos

	DENOMINAÇÃO	EXPLICAÇÃO
PROPRIEDADES	Agregação	Forma padrão de simplificar sistemas complexos, agregando o que é similar em categorias; relacionada à emergência de comportamento complexo em larga escala pelas interações agregadas de agentes menos complexos.
	Não-linearidade	Propriedade das interações dos elementos em um sistema complexo que faz com que o comportamento dos agregados seja mais complicado que a soma das partes, sendo o produto desses agregados.
	Fluxos	Rede de nós e ligações; cadeia de mudanças que designa as interações possíveis.
	Diversidade	Produto de adaptações progressivas; cada agente ocupa um nicho que é definido pelas interações centradas naquele agente; se o agente é removido, há uma cascata de adaptações, o que gera novidade perpétua.
MECANISMOS	Marcas	Embasam a organização hierárquica, delimitam as fronteiras nos sistemas complexos e facilitam a formação de agregados. A marcação facilita a interação, pois torna os agentes distinguíveis.
	Modelos internos	Usados para antecipação; os agentes selecionam padrões entre os insumos e assim podem antecipar as consequências de suas escolhas.
	Blocos constituintes	Partes que compõem o sistema, que podem ser usadas e reusadas em uma grande variedade de combinações.

Fonte: Adaptado de Holland, 1995.[174]

Larsen-Freeman e Cameron (2008) ilustram como o ecossistema de uma floresta é um sistema complexo. Seguindo Holland (1995), defendemos que os blocos constituintes podem ser agregados em agentes (animais, pássaros, insetos e até pessoas) e em elementos (árvores, ventos, chuva, solo, qualidade do ar, etc.). Essa agregação é marcada pelos termos 'agentes' e 'elementos', que demonstram a diversidade, por serem de tipos distintos, por ocuparem seus nichos específicos. Esses agentes e elementos interagem em fluxos que mudam com o tempo e essa interação leva à não-linearidade, propriedade sobre a qual já discorremos que indica que as dinâmicas não são fixas. A relação entre os agentes e os elementos segue o mecanismo de modelos internos, por exemplo, o animal ao perceber o elemento chuva, pode utilizar-se do elemento árvore para se proteger, por prever que sua escolha pode significar que não se molhará.

Na próxima subseção, retomamos as reflexões postas para melhor compreensão de língua e da Terminologia.

COMPLEXIDADE, LÍNGUA E TERMINOLOGIA

Como pesquisador da LA, Leffa (2006) destaca que nenhuma teoria possui todo o conhecimento necessário para explicar a aprendizagem de língua, a troca de informações com outras teorias torna-se um pré-requisito básico no que se refere à investigação da aprendizagem de uma LE. O referido autor afirma que,

> um problema sério da área é a distância que existe entre o sujeito e o objeto a ser adquirido. A língua que falamos é a característica mais íntima da nossa identidade e está completamente entranhada em tudo o que somos, pensamos ou sentimos. Aprender a língua do outro é cometer uma violência contra a nossa pessoa nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor; temos que nos expor ao ridículo de

174 Essa e todas as demais traduções neste texto são de nossa autoria.

> pronunciar sons que não somos capazes de pronunciar, de aceitar valores que fomos ensinados a desprezar e a passar por idiotas na frente de falantes nativos por não sermos capazes de compreender algumas frases da maneira como deveriam ser compreendidas. Não há como não cometer gafes no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, quer seja rindo na hora errada, não rindo na hora certa, dizendo ou deixando de dizer algo que deveria ou não deveria ser dito numa determinada situação (LEFFA, 2006, p. 30).

Para esse autor, o processo de aprendizagem de uma LE precisa de um sistema teórico dorsal, capaz de originar diferentes teorias. Esse sistema deve aceitar, tanto uma ênfase no indivíduo como na sociedade; no sujeito como no objeto, na forma como na função e até mesmo os fundamentos de teorias contrárias uma da outra, como as estruturalistas versus as comunicativas.

Essa visão de aprendizagem de línguas se embasa na compreensão de língua como sistema complexo. "É importante sublinhar o fato de que não há uma única língua padrão para aprender. Ao invés disso, a língua existe como uma grande variedade de idioletos que dependem de diferentes gêneros, estilos de fala, classes sociais, etc." (KE; HOLLAND, 2006, p. 712). Isso significa que deve ser considerada a heterogeneidade de sistemas complexos, como a língua.

Segundo Beckner et. al. (2009, pp. 1-2),

> Língua como sistema adaptativo complexo envolve as seguintes características centrais: o sistema consiste de múltiplos agentes (os falantes na comunidade de fala) que interagem um com ou outro. O sistema é adaptativo; ou seja, o comportamento dos falantes é embasado nas suas interações passadas, e as interações correntes e passadas juntas alimentam o comportamento futuro. O comportamento do falante é consequência de fatores que competem desde limitações percebidas a motivações sociais. A estrutura da língua emerge dos padrões inter-relacionados de experiência, interação social, e mecanismos cognitivos.

Tomando novamente as características propostas por Holland (1995), explicitamos as propriedades e os mecanismos de uma língua, entendida como sistema adaptativo complexo.

Quadro 2 – Características de línguas como sistemas adaptativos complexos

	DENOMINAÇÃO	EXPLICAÇÃO
PROPRIEDADES	Agregação	As interações entre os agentes em um contexto sócio-histórico-discursivo específico fundamentam a emergência de uma língua.
	Não-linearidade	Uma língua não é a soma exata de todas as interações entre os falantes, pois a soma das partes é maior ou menor do que o todo. Estruturas léxico-gramaticais, atos de fala, contextos interativos, etc. conduzem à auto-organização e emergência de sentido. Contudo nem todas emergências se estabilizam como língua.
	Fluxos	Interações em um contexto geram outras interações em outros contextos em uma rede de ligações.
	Diversidade	Uma língua é produto de adaptações progressivas; cada palavra, expressão, sentença, etc. ocupa um nicho e se um elemento é removido, há uma cascata de adaptações, o que gera novidade perpétua.

MECANISMOS	Marcas	Sistemas complexos são marcados por termos, denominações que buscam nomear as agregações.
	Modelos internos	Usados para antecipação; os agentes selecionam padrões entre os insumos linguísticos e assim podem antecipar as consequências de suas escolhas.
	Blocos constituintes	Estruturas linguístico-discursivas são elementos do sistema linguísticos e falantes são os agentes, os usuários desse sistema. Elementos e agentes são os blocos constituintes.

Fonte: Holland (1995) traduzido por Souza (2011, p. 28).

Resumindo, entendemos que a língua é composta de padrões emergentes estabilizados por seu uso. Essa estabilidade que encampa a variabilidade é marcada por termos que delimitam suas fronteiras tênues e será o foco da seção a seguir.

TERMINOLOGIAS RELACIONADAS AO ENSINO DE LÍNGUAS NÃO MATERNAS: REFLEXÕES SOBRE CONCEITOS

O espectro de temas que a LA engloba amplia-se cada vez mais. Segundo Grabe (2002), seu escopo de estudos inclui a aprendizagem e o ensino de L1, para além de seu foco inicial em contextos de LE. Por LM ou L1 entende-se a primeira língua que aprende um ser humano em sua infância e que normalmente chega a ser seu instrumento natural de pensamento e comunicação. Com o mesmo sentido também se emprega língua nativa e, com menor frequência, língua natal. Quem compartilha uma LM é considerado falante nativo da língua em questão. O termo "língua materna" costuma empregar-se em contraposição à LE ou SL.

No intuito de tomar essa 'língua do outro', não como dicotomicamente oposta à nossa língua materna, mas imbricada em um contexto marcado pela pluralidade, recorremos ao Paradigma da Complexidade, que postula a ideia de que nada existe ou acontece de modo isolado no universo. Nada é tão distante ou tão pequeno que não possa afetar tudo o que acontece ao nosso redor e dentro de nós.

Todas as sociedades, ocidentais ou orientais, que fazem uso oralizado e letrado de língua(gens) são unânimes em reconhecer o valor educacional, cultural, psicológico, prático e profissional de aprendizagem de uma nova(outra) língua. É possível observar esse reconhecimento, ainda mais valorizado, em países desenvolvidos em educação e tecnologias, cujos processos de letramentos perpassam a inclusão de disciplinas de ensino de LE em seus currículos obrigatórios. Muitas vezes, esses currículos contemplam mais de um idioma a ser aprendido. A necessidade e importância de aprendizagem de outros idiomas se torna mais evidente e crescente dados os fluxos de interações propiciados pelas tecnologias atuais, pela facilidade de locomoção entre os países, pelo acesso a grandes bancos de dados do mundo todo, devido às trocas comerciais, entre outras ações transnacionais. Tudo isso coloca em perspectiva os conceitos e terminologias criados para expressar os processos envolvendo línguas em aprendizagem e suas funções em um dado contexto, que hoje mostra-se diverso, heterogêneo, pluriforme, multimodal, complexo.

Nesse sentido, observamos uma multiplicidade de termos para referirmo-nos às línguas não-maternas, ora dizendo respeito ao seu processo de aquisição e aprendizagem,

ora à função social ou contextual em que se fazem presentes. Para exemplificar, tomamos Friedrich e Matsuda (2010), que fazendo referência ao inglês, atestam que há diferença conceitual entre o processo de aprender e a função que uma língua exerce socialmente e isso deve ser marcado por termos que expressem essas relações. Eles acreditam que o termo língua franca (LF) descreve uma função que o inglês apresenta em contextos multilíngues e que inglês como língua internacional (LI) refere-se a casos especializados em que a língua inglesa é usada em contextos internacionais. Ao invés de uma variedade, o termo língua franca expressa uma função que capta a complexidade e diversidade do inglês hoje no mundo. A língua franca é uma língua que é adotada como língua comum entre os falantes cujas línguas nativas são diferentes. Friedrich e Matsuda (2010) complementam que na sociedade contemporânea, o termo língua franca foi expandido para incluir não só as situações de língua de contato em estruturas sociais abertamente desiguais, mas também qualquer situação em que uma língua comum, incluindo uma língua transplantada, é usada por falantes de diferentes origens linguísticas em uma determinada comunidade, domínio ou foco. Os mesmos autores citados afirmam que

> [A] língua franca é, por definição aprendida como SL por pelo menos por alguns de seus falantes, mas os pesquisadores também reconhecem que algumas línguas francas são também aprendidas como L1 por alguns falantes. (FRIEDRICH; MATSUDA, 2010, p. 21)

O uso de LF é uma das muitas funções que o Inglês desempenha na sociedade de hoje, e tal uso evidencia a complexidade de um mundo em que as relações comerciais e os fluxos de pessoas tomaram proporções globais, como jamais visto. E não há linearidade entre as funções e a forma como as línguas são adquiridas, o que demonstra a complexidade da linguagem.

Diante dos cenários atuais que têm exigido terminologias condizentes com a complexidade de fatores que se encontram presentes nas interações linguísticas comunicacionais e que possam fazer justiça à multiplicidade de línguas que, hoje, as sociedades em desenvolvimento estão em constante contato, observamos também uma multiplicidade de termos para referirmo-nos às línguas não-maternas. Tomemos três desses termos para mais uma exemplificação:

> Língua de herança: Contexto em que a língua e a cultura de crianças e adolescentes filhos de pais imigrantes são ensinados com o objetivo de fortalecimento cultural, melhoria de autoestima ou de preservação do patrimônio cultural desses jovens e riqueza cultural do país de acolhimento. (GLOSSÁRIO, 2013).

> Língua-alvo: A língua estrangeira, segunda ou mesmo a materna em que o aprendiz se esforça para aprender, adquirir ou aperfeiçoar. Língua para ser desenvolvida por aprendizagem ou aquisição. (GLOSSÁRIO, 2013).

> Língua de acolhimento: Idioma majoritário do país anfitrião de estudantes imigrados ou refugiados. É ensinado nas escolas como segunda língua. (GLOSSÁRIO, 2013).

Observamos que por mais que os três termos sejam utilizados em oposição à LM ou L1, cada definição apresenta sua especificidade.

Nesses três exemplos, o conceito e sua correspondente terminologia estão ligados

cada um a um processo específico, que acreditamos, nem sempre em oposição à LM. No primeiro caso, a preservação do patrimônio cultural linguístico herdado dos progenitores, e assim, a língua dos pais pode ser aprendida em concomitância com a língua majoritariamente falada no país de nascimento da criança. Mas essa língua dos pais não seria também uma língua materna, visto que a definição de LM diz respeito à língua aprendida em casa (KELLOG, 2009)? No caso da língua-alvo, é uma terminologia que denomina o conceito ligado ao processo de aprendizagem de uma língua qualquer que se queira ou necessite aprender, ela é alvo, objeto de aprendizagem, formal ou natural. De acordo com essa definição, a língua-alvo não se opõe à L1, esta poderia ser um subsistema da língua-alvo. No terceiro exemplo, uma língua de acolhimento poderia ser uma segunda língua e, com o passar do tempo, essa língua poderia tornar-se a única língua de expressão desse indivíduo, caso ele não tenha mais contato com sua língua de origem. Nesse caso, essa língua tornar-se-ia o que?

A dificuldade em encontrar uma denominação mais ampla se dá em relação às peculiaridades de situações linguísticas que podemos constatar, tais como em países monolíngues, bilíngues, multilíngues ou com línguas de imigração. No Brasil, assim como em diversos outros países, há outras línguas não-oficiais faladas no dia-a-dia por grupos de pessoas de determinadas comunidades. É compreensível, portanto, que o status de uma língua específica pode ocasionalmente se alterar dependendo do uso que se faz da língua, ou seja, uma língua estrangeira pode se tornar, com o tempo, uma língua materna ou uma SL.

Um fenômeno observável e crescente nos dias atuais, em nações em desenvolvimento, é a internacionalização de seus idiomas, que passam ao status de LE e/ou SL e/ou língua adicional e/ou língua não materna, como queiram assim denominar. Como linguistas aplicados, confrontamo-nos habitualmente com dois conceitos de utilização recorrente - SL e LE - muitas vezes sem nos atentarmos a quão peculiares são esses termos e quão específicas são suas definições.

A terminologia SL não representa necessariamente uma questão de ordem, no sentido de que poderá haver uma terceira, quarta, ou outras na sequência. O termo "Segunda" faz referência a uma "outra" língua que não foi a primeira, que no caso é chamada de LM ou L1. A ordem de aquisição não é relevante desde que não haja mais de uma L1. Dependendo de como a língua é adquirida altera-se a forma de classificá-la.

Pupp Spinassé (2006) afirma que, diferentemente do conceito de LE,

> uma SL é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização. A situação tem que ser favorável: um novo meio, um contato mais intensivo com uma nova língua que seja importante para a comunicação e para a integração social. Para o domínio de uma SL é exigido que a comunicação seja diária e que a língua desempenhe um papel na integração em sociedade. (PUPP SPINASSÉ, 2006, p. 06)

Entende-se por LE uma língua que pode ser aprendida ou adquirida em espaços remotos em relação ao lugar onde é falada como LM e inclui o uso de recursos metodológicos, sobretudo, quando se tratar de ensino formal. Distintamente da SL ou LM, que são línguas pátrias faladas em um contexto político-social, a LE pode ser apenas um instrumento linguístico, não menos importante, que serve, de forma pontual, para dar acesso à literatura, ao turismo e à cultura. Ainda, a LE pode ser uma disciplina de

programas curriculares educacionais, que abrangem alunos de níveis de ensino básico ou médio, como é o caso no Brasil, do Inglês, do Espanhol e/ou outras línguas, ou mesmo ser ensinada em institutos especializados no ensino de idiomas.

Ao fazermos uma análise sobre a terminologia SL e LE, e focarmos em fatores como "nível de proficiência" ou "objetivos de aprendizagem", encontraremos dificuldades em determinar qual terminologia empregar porque a SL pode ser considerada uma LE, dependendo em que fase se encontra a aprendizagem. Do ponto de vista cognitivo, as diferenças na aprendizagem de uma SL ou LE podem ser evidentes na medida em que o objetivo de aprendizagem se distinguir. Na verdade, o nível de proficiência em SL pode ser mais abrangente do que em LE, no sentido de que em SL o sujeito necessitará atingir altos níveis de proficiência para poder compreender bem os enunciados, escritos ou orais, ou seja, com elevado grau de complexidade para as diferentes situações que assim exijam.

Na aprendizagem de LE, o sujeito poderá ser confrontado com situações pontuais de necessidade imediata de compreensão e de locução em termos mais complexos de uma determinada Língua, mas não de forma frequente, como no caso da utilização de SL. Considerando este último contexto, o esforço na tarefa de aprendizagem e a acomodação das "estruturas" mentais do estudante face à informação que o novo código implica, supõe, assim, desenvolvimento de mecanismos de controle que podem se perpetuar.

Outra significativa diferença é que a LE pode não servir à situação de comunicação entre os falantes e, a partir disso, não ser fundamental para a integração social do sujeito, enquanto que a SL pode desempenhar um papel vital na sociedade em que um falante se insere.

Ellis (1994) defende o ponto de vista de que a diferenciação entre os dois termos não deve estar em fatores psicolinguísticos, mas sim nos sociolinguísticos. De acordo com esse autor, o processo de aquisição de uma SL ocorre quando "a linguagem desempenha um papel institucional e social na comunidade", enquanto que a aquisição de uma LE ocorre, especialmente, "em locais onde a linguagem não desempenha um papel tão importante na comunidade sendo, primeiramente, aprendida apenas nas salas de aula". (ELLIS, 1994, p. 12)

Observamos que o contexto de SL favorece maior competência e melhor desempenho, pois o meio ou a situação imediata em que o falante estiver inserido vai exigir isso, contrariamente, o aprendiz de LE não especificamente vai precisar chegar ao mesmo nível de conhecimento de um falante de SL.

Ainda em relação ao contraste entre SL e LE, Stern (1983) afirma que há certo consenso de que o termo SL deva ser aplicado para especificar a aprendizagem e o uso de uma língua não-nativa dentro de fronteiras territoriais em que ela tenha uma função reconhecida, enquanto o termo LE deve ser empregado para definir a aprendizagem e o uso em contextos, os quais essa LE não tenha qualquer status sociopolítico.

A SL é reconhecida, normalmente, como a ou uma das línguas oficiais de um país por ser essencial para a participação dos sujeitos na vida política e econômica. Dessa forma, há muitos *inputs* que favorecem a aprendizagem não sendo necessária aprendizagem formal escolarizada.

Podemos concluir que não há uma regra específica que diferencie SL de LE, pois a situação de aquisição de uma língua e o seu nível de proficiência pode se alterar com o tempo, tornando necessário apenas estabelecer outra relação com ela. Por exemplo, se um sujeito aprende o inglês como SL na Inglaterra, muda para o Brasil, essa língua anglo-saxônica perde a importância em sua vida diária, o sujeito pode deixar de lado essa relação básica com a língua inglesa que pode se tornar, com o passar do tempo, uma LE ou, até mesmo, ser totalmente esquecida. Da mesma forma, qualquer língua que antes fora uma LM ou L1, poderá sofrer o mesmo fenômeno. Portanto, a distinção não é absoluta, cada caso deve ser avaliado diante de cada especificidade sociolinguística e não apenas sob a perspectiva psicolinguística como fora feito pela Linguística, anteriormente.

Hall, Smith e Wickasono (2011) propõem que no lugar de SL e LE seja utilizado o termo língua adicional. Os autores pontuam que esses conceitos envolvem não apenas questões de convenção acadêmica e de embasamento teórico, mas também de contexto sociopolítico.

Língua adicional é, também, o termo preferido em relação à LE de acordo com a ALAB[175]. Essa nova terminologia se faz importante porque considera, além do que é aprender língua estrangeira, a língua que desejamos e, principalmente, a quem estamos servindo ao aprendermos determinadas línguas. Essa nomenclatura está sendo adotada no Canadá há alguns anos em relação ao ensino de inglês – em substituição aos termos; "Inglês Segunda Língua" ou "Língua Estrangeira", que são as nomenclaturas tradicionais. Vários outros países têm seguido essa mesma tendência. Os Estados Unidos criaram sua própria nomenclatura: "Língua Nova" - *English as a New Language*.

No Brasil, é possível encontrar artigos acadêmicos que se referem ao ensino de língua inglesa como língua adicional. Rottava (2009), por exemplo, discorre sobre a pertinência do termo para pesquisas envolvendo contextos bilíngues e trilíngues. Essa tendência tem encontrado respaldo na percepção de que muitos países, como a Índia, a Suíça e vários outros da África e do Oriente Médio, são culturas multilíngues, que contrastam claramente com os demais países ocidentais, que em sua maioria, são monolíngues ou, no máximo, bilíngues como o Canadá, por exemplo.

Schlatter e Garcez (2009) pontuam que ao utilizarmos 'língua adicional', apagamos a diferenciação dicotômica entre falantes nativos e não-nativos, entre primeira e segunda língua. Como defendemos ao longo deste texto, essas diferenças não se sustentam como polarizadas, especialmente no contexto atual, marcado por fronteiras tênues e por tecnologias digitais que permitem, segundo Demo (2002), ligações virtuais efetivas e mesmo afetivas, o que não é determinado por distintas territorialidades ou nações.

> Falar de uma língua adicional em vez de uma língua estrangeira enfatiza o convite para que educandos (e educadores) usem essas formas de expressão para participar na sua própria sociedade; esse convite envolve também a reflexão sobre que língua é essa, de quem ela é e de quem pode ser, a que ela serve, o que cada um tem a ver com ela (SCHLATTER; GARCEZ, 2009, p. 127).

175 Disponível em: <http://www.alab.org.br/pt/noticias/outras-noticias/126-politica-educacional-linguistica-em-construcao>.

Compreendendo que "a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico" (MORIN, 2006, p. 13), a defesa de Schlatter e Garcez (2009) se encaixa no que postulamos como um complexo de elementos em interação. A língua adicional emerge da tessitura dos elementos do contexto no qual ela é utilizada e por isso não pode ser vista como estática, e sim em constante ressignificação.

Pensamos nos termos que designam a língua aprendida, assim como a aprendizagem em si, como um sistema adaptativo complexo, porque acreditamos que os conceitos que os termos veiculam não são estanques e lineares, e sim um sistema dinâmico, aberto e não-linear.

Paiva (2006, p. 91) relembra que

> um sistema complexo não é um estado, mas um processo. Cada componente do sistema pertence a um ambiente construído pela interação entre suas partes. Nada é fixo, ao contrário, existe um constante movimento de ação e reação e mudanças acontecem com o passar do tempo.

A língua que é em um momento aprendida como estrangeira pode tornar-se segunda língua, uma língua adicional, ou até uma língua ad hoc, ou seja, ser aprendida e esquecida dado o contexto e necessidade que motiva a aprendizagem.

Os recentes processos de globalização, que permitem a movimentação de pessoas entre fronteiras, em larga escala, evidenciam ainda mais esse contraste. Para muitos falantes, o inglês, o espanhol, o português entre outros, seria apenas mais uma língua em seu repertório linguístico, ou seja, uma língua adicional. Em tempos de internet, os fluxos linguísticos intensificados pelas tecnologias de interação e comunicação, evidenciaram as relações dinâmicas em que os sistemas humanos se estruturam e essa percepção do todo, das relações que se imbricam parece fazer mais sentido.

O termo língua adicional parece ser mais apropriado nos tempos atuais, porque além de ser mais abrangente parece contemplar tanto a aprendizagem das quatro habilidades clássicas, como o letramento crítico e a autonomia de línguas como o inglês que se apresenta como uma língua franca que deve estar a serviço da cultura local.

Ao se falar em língua adicional estamos pensando em um conjunto de línguas que estão presentes no mundo globalizado e que gozam de importância para a comunicação e interação tanto global quanto local, como o espanhol, francês, português materno ou adicional e línguas minoritárias, entre outras, que não estão em oposição, mas em sinergia de forças que interagem para a formação do todo que é o conhecimento dos interagentes.

Ao nos referirmos aos termos que expressam as relações descritas, observarmos que os dados terminológicos em seu ambiente natural no discurso, sofrem variações de acordo com os diferentes registos funcionais nas comunicações especializadas. De acordo com Cabré (2003) os dados terminológicos em contextos naturais são menos sistemáticos, menos inequívocos, menos universais do que previam os teóricos da teoria clássica da Terminologia. A razão para isso é óbvia: em escrita e falada especializada os termos de discurso são um meio de expressão e comunicação e de acordo com essas duas variáveis o discurso será marcado pela redundância conceitual e variação sinonímica e, além disso, permitem a observação de que não há sempre uma equivalência

perfeita entre as línguas. Assim como a língua geral, a linguagem de especialidade é um conjunto de interações negociadas, reconhecidas pela marcação dada ao discurso, que são as unidades lexicais ou elementos gráficos que constituem os termos. O conhecimento especializado dessas marcações se constrói no contexto temático e situacional de cada designação e ele é consolidado por meio da compilação de glossários que ajudam a entender a unidade especializada e seus usos.

Segundo Cabré (2003) a construção de uma teoria que descreve adequadamente e explica os termos pressupõe que a terminologia em geral, e, portanto, suas unidades, é multidimensional. Mas para entender um termo é preciso selecionar um ponto de acesso, uma "porta" ou inscrição que seja suficientemente ampla para respeitar a multidimensionalidade do objeto para documentar em detalhes descritivos ou explicativos a denominação que se quer analisar. A autora supracitada afirma que descrever adequadamente as unidades terminológicas, suas características e propriedades, as relações entre os seus componentes intrínsecos, suas funções, as relações que estabelecem entre si e com outras unidades de conhecimento especializado e os processos da língua geral é, sem dúvida, uma tarefa que requer as contribuições de muitos pesquisadores em um esforço cooperativo para a criação de um modelo teórico mais apropriado a realidade multifacetada e complexa em que nos encontramos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos a refletir sobre a multiplicidade de terminologias que estão sendo utilizadas pela LA no que se refere ao ensino e aprendizagem de línguas que não LM ou L1. Em virtude de esses termos se mostrarem dinâmicos, complexos, não lineares e estarem se expandindo diante da diversidade linguística que vivenciamos, atualmente, vimos a necessidade de uma abordagem mais crítica dos mesmos, em relação aos contextos em que se apresentam ou têm sido empregados.

Procuramos chamar a atenção de pesquisadores que se interessam pela área para atentarem para a diversidade de termos que designam línguas em aprendizagem e que carecem de reflexão crítica em virtude do momento histórico que vivemos, permeado por tecnologias digitais de informação e comunicação e por abordagens teóricas que permitem uma visão complexa do tempo e do espaço, e que se aplicam ao ensino e à aprendizagem de línguas.

Diante do que foi apresentado nesse artigo propomos que a terminologia 'língua adicional' seja utilizada, por nós profissionais do ensino de línguas, por parecer ser mais condizente com o caráter (in)disciplinar adotado pela LA, pois parece abranger a complexidade envolvida nos sistemas linguísticos e na aprendizagem e aquisição de línguas "outras", ou seja, **adicionais.**

Aprendemos que a Terminologia como área do conhecimento linguístico que tem como tarefa dar tratamento descritivo às línguas de especialidade e dar conta da complexidade das unidades terminológicas, permitindo ir além dos aspectos linguísticos, no sentido de otimizar a comunicação científica e tecnológica, pode aliar-se à LA e prestar um serviço à sociedade viabilizando e difundindo a comunicação especializada por meio da confecção de dicionários, glossários, enciclopédias, vocabulários, banco de

dados, entre outras aplicações que visam à transferência de informações especializadas. Devido a esse caráter pragmático da Terminologia percebemos sua tangência com a LA. O próprio Wüster, além de incluir a Linguística como matéria interdisciplinar à Terminologia, considerou-a como um ramo da Linguística Aplicada. Por isso, acreditamos que é papel da LA preocupar-se com questões terminológicas e inserir em sua agenda de investigações a Terminologia.

Ao olhar para o termo 'língua adicional' através das lentes do Paradigma da Complexidade, percebemos que ao invés de dicotômicos, termos como língua primeira, segunda e terceira podem estar mais imbricados do que imaginávamos devido à pluralidade de contextos em que essa 'língua adicional' pode emergir. Para além de considerarmos lados distintos da mesma moeda, uma figura mais apropriada para pensarmos no que propomos seja um prisma ou um caleidoscópio, apresentando uma unidade repleta de movimento que parece capturar dinamicidade e heterogeneidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P.; SCHMIDT, J. R. **Glossário de Linguística Aplicada**. Campinas: Pontes, 1998.

BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas.** 2 ed. Tradução Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1975. 351 p.

CABRE, M. T. **La terminología:** representación y comunicación – elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, 1999.

____. **La terminología:** teoria, metodologia e aplicaciones. Barcelona : Editorial Antártida/Empúries, 1993.

____. Theories of terminology Their description, prescription and explanation. **Terminology** 9:2, 163–199, 2003. Disponível em: <http://www.upf.edu/pdi/dtf/teresa.cabre/docums/ca03tgy.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

CANO, W. M. **Teoria e práxis de um dicionário escolar de ciências.** Tese de Doutorado. Araraquara : UNESP, 2001.

DAVIES, A. **A Glossary of Applied Linguistics.** New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

DAVIS, W. **What is applied linguistics.** Disponível em: <www.cambried.org/elt>. Acesso em: 25 nov. 2013.

DAVIES, Alan; ELDER, Catherine. Applied Linguistics: Subject to discipline?.**The handbook of applied linguistics**, pp. 1-15, 2004.

ELLIS, R. **The study of Second Language Acquisition**. Oxford: Oxford University Press, 1994. 825 p.

FRIEDRICH, P. ; MATSUDA, A. When five words are not enough: a conceptual and terminological discussion of english as a lingua franca. **International Multilingual Research Journal**, n.4, pp. 20–30, 2010.

GLOSSÁRIO de linguística aplicada. Disponível em: <http://glossario.sala.org.br/>. Acesso em: 19 nov. 2013.

GRABE, W. Applied Linguistics: an emerging discipline for the twentieth century. In: KAPAN, Robert B. (Ed.). **The Oxford Handbook of Applied Linguistics.** Oxford: Oxford University Press, pp. 3-12, 2002.

HALL, C. J.; SMITH, P. H.; WICKASONO, R. **Mapping Applied Linguistics:** a guide for students and practitioners. New York: Routledge, 2011.

HOLLAND, J. **Hidden order:** how adaptation builds complexity. Reading, MA: Addison Wesley, 1995. 185 p.

HOUSE, J**. What is applied linguistics.** Disponível em: <www.cambried.org/elt>. Acesso em: 25 nov. 2013.

JOHNSON, K.; JOHNSON, H. (Ed.). **Encyclopedic Dictionary of Applied Linguistics:** a handbook for language teaching. Oxford: Blackwell, 1998.

KE, J.; HOLLAND, J. H. Language origin from an emergentist perspective. **Applied Linguistics**, Oxford: Oxford Journals, v. 27, n. 4, pp. 691-716, 2006.

KELLOG, M. **WordReference.com:** Online language dictionaries. Retrieved January, v. 12, 2009.

LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. **Applied Linguistics,** v. 2, n. 18, 1997, pp.141-165.

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. **Complex systems and applied linguistics.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

LEFFA, V. J.. Transdisciplinaridade no ensino de línguas: a perspectiva das Teorias da Complexidade. **Rev. bras. linguist. apl.** [online]. 2006, vol.6, n.1, pp. 27-49. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982006000100003>.

LORENZ, E. N. Deterministic nonperiodic flow. **Journal of the Atmospheric Sciences**, v. 20, n. 2, pp. 130-141, march 1963.

MEARA, P. Emergent properties of multilingual lexicon. **Applied Linguistics,** Oxford: Oxford Journals, v. 27, n. 4, pp. 620-644, 2006.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. **Linguística aplicada:** um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

MOITA LOPES, L. P. Afinal, o que é Linguística Aplicada? In: MOITA LOPES, L.P. **Oficina de Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado de Letras, p.17-26, 1996.

____. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L.P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-44.

MORIN, E. **Terra-Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 1995 .

____. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PAIVA, V. L. M. O. **Caleidoscópio:** fractais de uma oficina de ensino aprendizagem de língua inglesa (Memorial p/ concurso de Prof. Titular). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002.

____. Autonomia e Complexidade. **Linguagem e Ensino,** Pelotas, v. 9, n. 1, p. 77-127, 2006.

PENNYCOOK, A. A Lingüística Aplicada Dos Anos 90: Em Defesa De Uma Abordagem Crítica. In: SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade:** questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.23-47.

PRIGOGINE, I. **As leis do caos.** Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

PUPP SPINASSÉ, K. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Revista Contingentia,** UFRGS, v. 1, p. 01-10, nov. 2006.

ROJO, R. H. R. Perspectivas para os estudos sobre a linguagem na Virada do Milênio: o caso da Linguística Aplicada. Mesa Redonda. **V Seminário de Teses em Andamento.** UNICAMP: IEL, 28 out. 1999. 1999.

ROTTAVA, L. Português como língua terceira (L3) ou língua estrangeira (LE) adicional: a voz do aprendiz indicando identidade. **Em aberto**, Brasília, v. 22, n. 81, p. 81-98, 2009.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Línguas Adicionais. In: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria do Estado da Educação, Departamento Pedagógico. **Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul:** linguagens, códigos e suas tecnologias. Porto Alegre: SE/DP, 2009. P. 127-172.

SOUZA, V. V. S. **Dinamicidade e adaptabilidade em comunidades virtuais de aprendizagem:** uma textografia à luz do paradigma da complexidade. 2011. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

STERN, H. **Fundamental Concepts of Language Teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1983.